



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17827 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

A INFLUÊNCIA DO MST NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Maria Alice da Cruz E Silva - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

Volmir José Brutscher - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

A INFLUÊNCIA DO MST NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

1 INTRODUÇÃO

A educação do campo no Brasil empreende uma disputa que reflete as contradições entre os interesses do agronegócio e os direitos das populações camponesas. Essas contradições refletem um conflito entre a expansão econômica e a preservação dos direitos e modos de vida tradicionais. O agronegócio, impulsionado pela busca incessante de maximização de lucros, frequentemente promove a expansão de áreas agrícolas, o uso intensivo de recursos e a monocultura, o que pode resultar em degradação ambiental e em deslocamento ou êxodo rural. Por outro lado, as populações do campo, que incluem pequenos agricultores e comunidades tradicionais, enfrentam constantes ameaças à sua terra, cultura e práticas sustentáveis, que são frequentemente desconsideradas em favor das demandas do agronegócio. Esse confronto manifesta-se em conflitos fundiários, impactos ambientais adversos e políticas públicas que frequentemente

priorizam os interesses econômicos do agronegócio em detrimento dos direitos e necessidades das comunidades do campo. A educação do campo, nesse cenário, surge como uma ferramenta vital para abordar essas contradições, promovendo a valorização dos saberes locais e a resistência às práticas que comprometem a sustentabilidade e a justiça social.

Conforme Caldart, a Educação do Campo

“é um movimento real de combate ao ‘atual estado de coisas’: movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas em vista de orientar ações/lutas concretas.” (CALDART, 2009, p. 40).

Nesse sentido, o movimento não se limita a um debate acadêmico ou teórico, mas se manifesta como uma força ativa que busca mudar as condições reais da sociedade. Isso sublinha a importância de se entender a educação do campo não apenas como um conjunto de ideias, mas como um processo dinâmico e prático que está intrinsecamente ligado às lutas sociais e à transformação das realidades vividas pelas comunidades rurais.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem se destacado como um dos principais agentes na luta pela implementação de uma educação que atenda às necessidades e especificidades dessas populações. A atuação do MST na educação do campo não se limita à reivindicação de políticas públicas, mas se estende à criação de práticas pedagógicas que valorizam a cultura camponesa e promovem a autonomia dos sujeitos do campo.

De acordo com Caldart (2012), a escola do campo, na perspectiva do MST, é um espaço de resistência e de luta, onde se forjam os sujeitos capazes de transformar a realidade em que vivem. Para o MST, a escola do campo é um local crucial onde se exercem a resistência contra a opressão e a marginalização das comunidades rurais, preservando suas práticas culturais e modos de vida ameaçados. Além disso, é um espaço de luta por justiça social, onde os alunos são capacitados a reconhecer e enfrentar as injustiças, desenvolvendo uma consciência crítica e habilidades para agir. A escola, portanto, não é apenas um lugar de ensino, mas uma forja de sujeitos que, equipados com conhecimento e engajamento político, são preparados para transformar suas realidades e contribuir para

mudanças significativas em suas comunidades.

Esses elementos tornam evidente a relevância do MST para a construção e a implementação de políticas educacionais voltadas para o campo, que não apenas garantam o acesso à educação, mas que também respeitem e fortaleçam as identidades camponesas. A partir dessa perspectiva, este artigo pretende analisar o papel do MST na inserção de políticas educacionais para a educação do campo em termos nacionais, discutindo tanto os avanços quanto os desafios enfrentados nessa trajetória.

2 DESENVOLVIMENTO

A atuação do MST na educação do campo está profundamente enraizada em sua luta pela terra e pela transformação social, aspectos que são indissociáveis em sua trajetória. Desde sua fundação, o movimento entendeu que a reforma agrária, por si só, não seria suficiente para garantir a emancipação plena dos trabalhadores rurais. Para o MST, a terra não representa apenas um meio de subsistência, mas também um espaço de construção de identidade, cultura e conhecimento. Assim, a luta pela terra está intrinsecamente ligada à luta por uma educação que reflita e atenda às necessidades e especificidades dos povos do campo.

A educação do campo, na perspectiva do MST, é vista como um pilar fundamental para a consolidação de um projeto de sociedade mais justo e igualitário. Não se trata apenas de oferecer acesso à escolarização, mas de promover uma educação que seja capaz de fortalecer as comunidades rurais, valorizando seus saberes e culturas e, ao mesmo tempo, questionando as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e a exclusão. Nesse sentido, o MST enxerga a educação como um instrumento de resistência, capaz de capacitar os sujeitos do campo para que se tornem protagonistas de suas próprias histórias e agentes ativos na construção de uma nova sociedade. Ao integrar a educação à sua luta mais ampla por reforma agrária, o MST propõe uma visão de educação que vai além da mera transmissão de conteúdos, posicionando-a como um espaço de reflexão crítica, conscientização política e transformação social (Arroyo, 2012)

Além disso, a educação do campo, proposta pelo MST, valoriza a cultura camponesa e promove a integração entre o saber popular e o conhecimento

científico. A educação do campo não pode ser uma mera adaptação do currículo urbano para as escolas rurais, mas deve partir das realidades, dos saberes e das práticas dos sujeitos do campo, respeitando sua diversidade cultural e social. Assim, a visão do rural como algo ligado ao atraso, à subcultura, ou à oposição entre o rural e o urbano — “onde o urbano é visto como sinônimo de modernidade e progresso”, como aponta Caldart (2004) —, ou ainda, a ideia de que o desenvolvimento está associado à redução da população rural, deve ser erradicada. É necessário entender o conceito de campo como território, ou seja, “onde se realizam as diversas formas de organização do campesinato” (FERNANDES, 2006, p. 28). Esse enfoque fortalece a identidade camponesa e contribui para a resistência das comunidades rurais frente aos processos de urbanização e modernização excludentes.

As políticas públicas para a educação do campo no Brasil foram profundamente influenciadas pelas demandas e práticas desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A partir do final dos anos 1990, o MST começou a consolidar propostas que se transformaram em políticas educacionais de abrangência nacional. Um marco importante foi a realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998, em Luziânia (GO), onde foram discutidas e defendidas a ampliação do acesso e a permanência dos povos do campo na escola, garantindo seu direito a uma educação pública de qualidade que respeitasse suas culturas, conhecimentos e modos de vida (Arroyo, 2007).

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, é um exemplo claro da influência do MST. O PRONERA, resultado direto das reivindicações do movimento, busca oferecer educação formal para jovens e adultos das áreas de reforma agrária, desde a alfabetização até o ensino superior, com o objetivo de garantir que as populações rurais tenham acesso à formação qualificada sem precisar abandonar suas comunidades. Segundo Caldart (2004), essa política é uma extensão do esforço do MST para integrar as práticas educacionais ao cotidiano do campo, promovendo uma educação contextualizada.

Outra conquista significativa foi a adoção da pedagogia da alternância, uma metodologia que alterna períodos de ensino na escola com períodos de aplicação prática no campo. Essa abordagem, amplamente adotada pelos Centros Familiares de Formação por alternância (CEFFAs) e promovida pelo MST, foi incorporada em

programas nacionais, como o PRONERA, e em diversas escolas do campo. A pedagogia da alternância valoriza o conhecimento local e fortalece o vínculo entre os estudantes e suas comunidades, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável de suas regiões (Caldart, 2002).

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (CNE/CEB n.1, 2002) representam outra vitória das lutas do MST. Essas diretrizes formalizam o conceito de escola do campo e estabelecem a necessidade de políticas que respeitem as especificidades dos territórios rurais, incluindo a valorização da cultura, do conhecimento e dos modos de produção locais. Arroyo (2004) destaca que essas diretrizes foram fundamentais para consolidar a identidade da escola do campo e garantir que a educação no meio rural fosse vista como um direito fundamental, e não como um favor ou uma extensão da educação urbana.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a partir de 2008, também reflete a influência do MST na formulação de políticas públicas. Os IFs incorporam a educação do campo em suas diretrizes, oferecendo ensino técnico e tecnológico voltado para as necessidades das populações rurais. Essa política, que inclui cursos específicos de Licenciatura em Educação do Campo, visa formar professores capacitados para atuar nas escolas rurais, com uma formação que respeita e valoriza as realidades e demandas do campo (Molina, 2006).

Finalmente, as escolas itinerantes, inspiradas na experiência do MST, foram criadas para atender crianças e jovens em acampamentos de reforma agrária e áreas rurais de difícil acesso. Essas escolas representam uma inovação na forma de prover educação para populações que, de outra forma, estariam excluídas do sistema formal de ensino. As escolas itinerantes são um exemplo da capacidade do MST de transformar demandas locais em políticas públicas de alcance nacional (Caldart, 2004).

No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios constantes, especialmente diante das mudanças políticas e econômicas no país. A descontinuidade de programas e a falta de recursos são obstáculos que comprometem a consolidação de uma educação do campo efetiva e emancipadora. Como afirma Caldart (2008), a luta pela educação do campo é uma luta contínua,

que requer vigilância constante dos movimentos sociais para garantir que as conquistas obtidas não sejam revertidas.

Nesse contexto, os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desempenham um papel fundamental na defesa de uma educação que respeite e valorize as particularidades do campo. A atuação desses movimentos não apenas pressiona o poder público a formular e implementar políticas específicas, mas também promove uma educação crítica, voltada para a transformação social. Como bem pontua Caldart (2004), a educação do campo é um espaço de resistência, onde se constrói a possibilidade de um futuro diferente para as populações rurais, baseado na justiça social e na igualdade de oportunidades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência do MST na educação do campo transcende a esfera escolar, impactando diretamente as comunidades rurais. A educação promovida pelo movimento contribui para a organização política e social dessas comunidades, fortalecendo sua capacidade de luta e resistência. A formação política promovida pelo MST tem sido fundamental para a construção de uma consciência coletiva nas comunidades rurais, contribuindo para a resistência e a permanência no campo.

Além disso, a educação do campo, como proposta pelo MST, tem mostrado resultados positivos na formação de jovens e adultos, que se tornam agentes de transformação em suas comunidades. Os processos educativos do MST promovem não apenas o acesso ao conhecimento formal, mas também a valorização dos saberes tradicionais e a formação de lideranças comprometidas com a luta pela terra e pela justiça social.

A trajetória do movimento na promoção e implementação da educação do campo no Brasil revela o papel crucial dos movimentos sociais na construção de políticas públicas que atendam às demandas das populações historicamente marginalizadas. A partir de uma perspectiva que valoriza a cultura, os saberes e as práticas dos sujeitos do campo, o MST tem contribuído para a consolidação de uma educação que vai além da mera instrução formal, promovendo a formação crítica e a emancipação dos povos do campo.

As conquistas alcançadas ao longo dos anos, como a criação do PRONERA

e a institucionalização da educação do campo, são resultado direto da mobilização e resistência das comunidades rurais, que, através de uma articulação sólida e organizada, encontram no MST um importante aliado. Essas vitórias representam o reconhecimento das demandas históricas dos trabalhadores rurais, que por muito tempo foram marginalizados nas políticas públicas educacionais. Contudo, apesar desses avanços, a consolidação dessas conquistas ainda enfrenta desafios profundos. Em um contexto de instabilidade política, marcado por retrocessos e ameaças constantes aos direitos dos trabalhadores do campo, a manutenção e ampliação dessas políticas são postas em risco. A descontinuidade de programas e a redução de recursos destinados à educação do campo demonstram que a luta está longe de ser finalizada, exigindo uma vigilância e mobilização contínuas para que os direitos conquistados não sejam revertidos.

Neste contexto, a luta pela educação do campo continua a ser uma luta pela terra, pela dignidade e pela vida. O MST, ao aliar a educação à organização política e social das comunidades rurais, fortalece a resistência dessas comunidades e contribui para a construção de um projeto de sociedade mais justo e igualitário. Como destaca Caldart (2012), a educação do campo, na perspectiva do MST, é uma educação para a vida, para a luta e para a transformação social. Portanto, é essencial que essa luta seja contínua e que as políticas públicas voltadas para a educação do campo sejam ampliadas e fortalecidas, garantindo que as futuras gerações de camponeses possam acessar uma educação que respeite e valorize sua identidade, cultura e interesses.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Educação do campo: identidade e políticas educacionais**. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos de (Org.). *Contribuições para a construção de uma política de educação do campo*. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo e o MST: movimentos sociais, sujeitos e processos educativos**.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HAGE, Salomão Mofarrej. **Educação do campo: contextos, histórias e desafios**. Brasília: Editora UNB, 2014.

MOLINA, Mônica Castagna. **PRONERA: conquistas e desafios da educação do campo**. Brasília: MEC/SECAD, 2011.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos de (Org.). **Educação do campo: contribuições para a construção de uma política pública**. Brasília: MEC/SECAD, 2011.